



**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**

Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

→ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

→ **Sérgio Franco Dantas**

→ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

→ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015

Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA

Sua estreia aconteceu em 13/12/2016

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813

suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.  
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 - Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

## TCMPA ALERTA PARA SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nesta terça-feira (2), segundo dia do evento “Gestão Responsável: Orientações para último ano de mandato”, promovido pela Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”, do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, o auditor de controle externo do TCMPA, Luiz Fernando Gonçalves, ministrou palestra sobre “Vedações e limites orçamentários e financeiros em último ano de mandato”. Ele destacou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impôs aos gestores públicos municipais a observância das despesas em três patamares graduais e sucessivos, cuja inobservância pode implicar em sanções que vão de multa de 30% de seus vencimentos anuais, perda de mandato a pena de reclusão. O encontro, realizado desde a última segunda-feira (01), no Teatro Maria Silvy Nunes, na Estação das Docas, em Belém, reuniu cerca de 600 pessoas, entre prefeitos, presidentes de câmaras, secretários e servidores dos 144 municípios paraenses, e contou com as presenças do presidente do TCMPA, conselheiro Antonio José Guimarães, da conselheira Mara Lúcia, diretora-geral de Escola de Contas, e do conselheiro Daniel Lavareda, entre outras autoridades, como a ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lobo.

Ao esclarecer sobre os patamares graduais e sucessivos impostos pela LRF, Luiz Fernando Gonçalves, que contou com o apoio do diretor Jurídico do TCMPA, Raphael Maués, em sua explanação, disse que o LIMITE DE ALERTA corresponde ao total de 90% do limite máximo legal fixado a cada Poder e ao total do município, destinado a servir de alerta ao gestor público, quanto a evolução do comprometimento orçamentário.

No que diz respeito ao LIMITE PRUDENCIAL, Luiz Fernando explicou que corresponde ao total de 95% do limite máximo legal fixado a cada Poder e ao total do município, a partir do qual são impostas restrições à prefeitura ou à câmara municipal, conforme o caso, relativas à gestão de pessoal.

LEIA MAIS...

### NESTA EDIÇÃO

#### DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL

+ PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO ..... 02

#### DO GABINETE DO PRESIDENTE - GP

+ PAUTA DE JULGAMENTO ..... 08

#### DO GABINETE DE CONSELHEIRO

+ DECISÃO MONOCRÁTICA ..... 11

#### DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

+ EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ..... 12

#### DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA

+ PORTARIA ..... 15

+ TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ..... 15



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

Consultar via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

**TCMPA**  
2003-2018

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 39.964**

Processo nº 1.017001.2022.2.0000

Órgão: Secretaria Municipal de Educação de Bragança

Município: Bragança

Assunto: Homologação de Medida Cautelar

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Secretaria Municipal de Educação de Bragança, exercício 2022. Medida Cautelar Monocrática com fundamento no art. 340, parágrafo único. Suspensão dos procedimentos licitatórios originários do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 9/2022-006.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e decisão do Relator:

DECISÃO:

I – Homologar a Medida Cautelar, que sustou o Pregão Presencial nº 9/2022-006, incluindo seu pagamento, e contrato, se houver, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Bragança, com base no art. 340, do RITCM-PA;

II – Determinar a Notificação do Gestor, sobre a Medida Cautelar aplicada, para que no prazo de 05 dias, encaminhe a documentação necessária que demonstre que não há verba federal usada no Pregão nº 9/2022-006, bem como qualquer outra justificativa plausível que embase o modelo de pregão adotado;

III – Determinar ainda, aplicação de multa diária de 1.000 (um mil) UPF-PA, em caso de descumprimento desta decisão, de acordo com o art. 699, do RITCM-PA.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 09 de fevereiro de 2022.

**ACÓRDÃO Nº 39.995**

Processo nº 1.017001.2022.2.0000

Órgão: Secretaria Municipal de Educação de Bragança

Assunto: Revogação de Medida Cautelar

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Revogação de Medida Cautelar, fundamento no art. 348, I e II. Comprovação de revogação do Pregão Presencial Dar ciência ao Gestor Municipal.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator,

DECISÃO:

I – Revogar, nos termos do Art. 348, I e II, do Regimento Interno do TCM/PA, a Medida Cautelar que sustou o Pregão Presencial nº 9/2022-006, por inobservância da Instrução Normativa nº 03/2020, tendo em vista o envio a este Tribunal de Contas, da comprovação de Revogação do referido Processo no Diário Oficial da União no dia 03/02/2022;

II – Dar ciência ao Gestor Municipal, Sr. Raimundo Nonato de Oliveira - Prefeito.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 09 de fevereiro de 2022.

**ACÓRDÃO Nº 44.686**

Processo nº 120022.2022.2.000

Origem: Fundo Municipal de Educação de Palestina do Pará

Assunto: Prestação de Contas Anuais de Gestão de 2022.

Responsáveis: Helane Vasconcelos Oliveira Miranda (01/01 a 31/08/2022)

Dinar Santiago da Silva e Silva (01/09 a 31/12/2022)

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALESTINA DO PARÁ. EXERCÍCIO 2022. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DE AMBAS ORDENADORAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM, nos termos do art. 45, Inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 109/2016, pela Regularidade com Ressalvas das Contas do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Palestina do Pará, exercício financeiro de 2022, sendo: Período de 01 de janeiro a 31 de agosto, de responsabilidade da Sra. Helane Vasconcelos Oliveira Miranda, em favor de quem deverá ser expedido o “Alvará de Quitação” no valor de R\$ 1.089.681,00 (um milhão, oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um



reais), referente aos valores que estiveram sob suas responsabilidades naquele período, somente após a comprovação do recolhimento das multas devidas. Da mesma forma, as contas do período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2022, de responsabilidade da Sra. Dinar Santiago da Silva e Silva, devendo esta Corte de Contas, emitir em seu favor, o “Alvará de Quitação” no valor de R\$ 269.403,88 (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos), pelos valores ordenados, somente após a comprovação do recolhimento das multas que lhes são impostas neste voto.

II. Devem as Ordenadoras efetuarem no prazo de 30 dias, a título de multas, em favor do FUMREAP-TCM-PA, os recolhimentos dos seguintes valores:

Helane Vasconcelos Oliveira Miranda:

1) 500 UPF-PA, com fundamento no Artigo 700, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, atrasando 323 e 189 dias os respectivos quadrimestres, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, Inciso V, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c IN 002/2019-TCMPA;

2) 300 UPF-PA, com fundamento no artigo 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva dos Arquivos Contábeis e Arquivos de Folha de Pagamento, atrasando todos os meses dos dois quadrimestres de sua responsabilidade, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, §4º, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c Art. 6º, I, da IN

002/2019-TCMPA;

3) 100 UPF-PA, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pelo não efetuar a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 895,99, descumprindo o disposto no art. 195, I, “a”, da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, “a” e “b”, da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal

4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal;

4) 500 UPF-PA, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pelas falhas formais constatadas em processos licitatórios, descumprindo a IN nº 022/2021-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Dinar Santiago da Silva e Silva:

1) 500 UPF-PA, com fundamento no Artigo 700, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, atrasando 91 dias, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, Inciso V, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c IN 002/2019-TCMPA;

2) 300 UPF-PA, com fundamento no artigo 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva dos Arquivos Contábeis e Arquivos de Folha de Pagamento, atrasando todos os meses do 3º quadrimestre de sua responsabilidade, descumprindo os prazos previstos no Art. 335, §4º, do Regimento Interno do TCM (ATO 23) c/c Art. 6º, I, da IN

002/2019-TCMPA.

III. Ficam desde já, advertidas as Ordenadoras de Despesas, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no RITCM-PA, os quais, em caso de não atendimento, comportam a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado, objetivando o protesto e execução do título executivo, com acréscimo dos consectários legais fixados pelo RITCM/PA (Ato nº 24).

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará de 11 a 15 de março de 2024.

**Protocolo: 46238**

## RESOLUÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 16.859

Processo nº 201107994-00 / 250012008-00

Origem: Prefeitura Municipal de Chaves

Assunto: Recurso de Reconsideração contra Resolução nº 10.029/2011 (2008)

Responsável: Benjamin Ribeiro de Almeida Neto

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO CONTRA RESOLUÇÃO 10.029/2011. PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVES. EXERCÍCIO 2022. PELA INSUBSISTÊNCIA DA RESOLUÇÃO. CONTAS ILIQUIDÁVEIS DO RECORRENTE. ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM nos termos do art. 443, do RI/TCM-PA, pela DECLARAÇÃO DE INSUBSISTÊNCIA da Resolução nº 10.029/2011 e declaram, ainda, ILIQUIDÁVEIS, as Contas do Recorrente, Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, ex-gestor da Prefeitura Municipal de Chaves no exercício de 2008, com o trancamento e os efeitos dele decorrentes,



bem como o consequente arquivamento do Processo, tudo na forma estabelecida no caput e §§1º e 2º, do art. 502, do RI/TCM-PA.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará de 11 a 15 de março de 2024.

#### **RESOLUÇÃO Nº 16.853**

Processo nº 109001.2017.1.000

Origem: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Responsável: Jorge Pereira de Oliveira

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ. EXERCÍCIO 2017. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM com fundamento no art. 37, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de AURORA DO PARÁ a APROVAÇÃO COM RESSALVA das contas anuais do exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA.

II Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara Municipal de Aurora do Pará, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando

ao TCMPA, através do email: [protocolo@tcm.pa.gov.br](mailto:protocolo@tcm.pa.gov.br), o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/9224, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 11 a 15 de março de 2024.

#### **RESOLUÇÃO Nº 16.853**

Processo nº 109001.2017.1.000

Origem: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Responsável: Jorge Pereira de Oliveira

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ. EXERCÍCIO 2017. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM com fundamento no art. 37, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de AURORA DO PARÁ a APROVAÇÃO COM RESSALVA das contas anuais do exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA.

II Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara Municipal de Aurora do Pará, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCMPA, através do email: [protocolo@tcm.pa.gov.br](mailto:protocolo@tcm.pa.gov.br), o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/9224, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 11 a 15 de março de 2024.

#### **RESOLUÇÃO Nº 16.855**

Processo nº 109001.2020.1.000

Origem: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Responsável: Jorge Pereira de Oliveira

Exercício: 2020





Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ. EXERCÍCIO 2020. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM com fundamento no art. 37, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de AURORA DO PARÁ a APROVAÇÃO COM RESSALVA das contas anuais do exercício de 2020, de responsabilidade do Sr. JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA, na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal.

II. Deve o referido Ordenador recolher ao Fundo de Modernização e Reparelhamento do TCM/PA – FUMREAP, conforme previsto no art. 695, caput do RI/TCM-PA, no prazo de 30 (trinta), dias, a título de multas<sup>1</sup> os seguintes valores:

- 1) 300 UPF-PA, com fundamento no art. 700, do RITCM-PA, pela intempestividade na remessa da LOA, da LDO e dos RREOS 3º e 5º bimestre, descumprindo a IN 01/2009/TCM/PA c/c art. 103, VI, RITCM-PA;
- 2) 200 UPF-PA, com fundamento no art. 698, III, “b”, do RITCM-PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 4.433,38, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea “b”, do Decreto Federal nº 3.048/1999;
- 3) 500 UPF-PA, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pelo não apropriação em favor do INSS da totalidade das contribuições patronais, no valor de R\$ 623.796,85, descumprindo o estabelecido no art. 50, II da LRF e art. 35 da Lei 4.320/64;
- 4) 500 UPF-PA, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RI/TCM/PA, pelas irregularidades/impropriedades em procedimentos licitatórios, descumprindo a Resolução nº 11.535/2014-TCMPA c/c Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal nº 10.520/02;
- 5) 500 UPF-PA, com fundamento no art. 698, II, “b”, do RITCM-PA, pela omissão de informações referentes à concessão de auxílio emergencial a 128 servidores municipais, descumprindo a Lei Federal nº 13.982/2020;
- 6) 200 UPF-PA com fundamento no Art 698, IV, “b”, pela realização de pagamentos irregulares com despesas de

natureza pessoal, bem como com familiares e parentes, na forma do que foi apurado pela Controladoria.

II Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara Municipal de Aurora do Pará, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando

ao TCMPA, através do email: protocolo@tcm.pa.gov.br, o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/9224, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 11 a 15 de março de 2024.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.856

Processo nº 031001.2016.1.000

Origem: Prefeitura Municipal de Gurupá

Assunto: Tomada de Contas Especial do Chefe do Poder Executivo Municipal

Responsável: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos  
Exercício: 2016

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ. EXERCÍCIO 2016. PARECER PRÉVIO PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS.

Ao final da instrução processual restaram as seguintes irregularidades: 1) Remessa da LDO ocorreu fora do prazo, descumprindo o que determina na IN 01/2009 /TCM-PA c/c art. 103, II, RITCM-PA; 2) Remessa das Prestações de Contas do 1º e 2º Quadrimestre fora do prazo, descumprindo o que determina o art. 103, V do RITCM e IN nº 001/2009 /TCM-PA; 3) Não remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre de 2016 contrariando o a art. 103, V do RITCM e IN nº 001/2009/TCM-PA, 4) Não remessa da Lei Orçamentária Anual descumprindo o que determina o art. 103, I do RITCM e IN nº 001/2009/TCM-PA; 5) Remessa dos RGF's do 1º e 2º quadrimestres ocorreram fora dos prazos legais estabelecidos pelo Art. 11 da IN nº 01/2009/TCM/PA; 6) Não foi enviado o RGF relativo ao 3º



quadrimestre de 2016 contrariando o Art. 11 da IN nº 01/2009/TCM /PA; 7) Remessas dos RREO's do 1º e 2º Bimestres fora dos prazos legais estabelecidos pela IN 01/2009/TCM/PA c/c art. 103, III, RITCM/PA; 8) Não foram enviados os

RREO's do 5º e 6º Bimestres contrariando a IN 01/2009/TCM/PA c/c art. 103, III, RITCM/PA; 9) Responsabilização Financeira ao Ordenador de Despesas com o lançamento da conta Despesas Pendentes com a responsabilização financeira no valor de R\$ 4.609.664,53 (quatro milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e

cinquenta e três centavos), face a omissão da prestação de contas do 3º quadrimestre/2016 e divergências de saldo inicial e final do exercício; 10) Não comprovação dos seguintes dispositivos constitucionais, legais e regulamentares: Realização de despesas com existência de crédito orçamentário no 3º quadrimestre (art. 167, II e V, da CF); 11)

Apropriação e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias no 3º quadrimestre (art. 40 da CF e art. 50, II da LRF); 12) Efetivação de desconto de contribuição previdenciária dos segurados e recolhimento à instituição de previdência no 3º quadrimestre (art. 40, arts. 195, II, e 149, §1º, da CF); 13) Realização de despesas sem o regular processo

licitatório, quando exigível no 3º quadrimestre em cumprimento ao art.37, XXI, da CF e art. 2º da Lei 8.666/93; 14) Irregularidades e impropriedades formais constatadas em processos licitatórios encaminhados no Mural de Licitação, descumprindo a Resolução nº 11.535/2014-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93; 15) Omissão no dever de prestar contas

quanto ao Balanço Geral, contrariando o disposto nos arts. 70, parágrafo único e 30, III da Constituição Federal, arts. 71, §2º e 73 da Constituição do Estado do Pará, art. 103, VI do RITCM, caracterizando a irregularidade descrita no art. 45, III, "a" da Lei Complementar nº 109/2016/TCMPA (LOTCM); O Chefe do Poder Executivo não comprovou

os seguintes dispositivos constitucionais, legais e regulamentares: • Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, II e V, da CF/88; • Aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em atendimento ao art. 212 da CF/88; • Aplicação de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do

FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério, em atendimento ao previsto no art. 60, IV e XII, do ADCT c/c art. 11, da Lei nº

11.494/2007; • Aplicação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento) dos impostos arrecadados e transferidos, em gastos com ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 198, §2º, da CF, c/c art. 77, III, do ADCT; • A regularidade das transferências ao Poder Legislativo, com observância dos limites constitucionais, nos termos das

Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009; • A observância dos limites com Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Município, nos termos dos arts. 19 a 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); • A verificação do respeito à vedação de aumento de despesas com pessoal, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato, nos

termos do art. 21 e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), aplicável ao exercício de 2016; • A verificação do respeito à vedação de assunção de obrigações nos 02 (dois) últimos quadrimestres do mandato, que não pudessem ser cumpridas, integralmente, dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa suficiente, em atendimento ao previsto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), aplicável ao exercício de 2016.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM, com fundamento no art. 37, III, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Gurupá a NÃO APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos.

II Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara Municipal de Gurupá, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao

TCMPA, através do email: protocolo@tcm.pa.gov.br, o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao



Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/9224, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de

suas contas.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 11 a 15 de março de 2024.

### RESOLUÇÃO Nº 16.857

Processo nº 078001.2017.1.000

Origem: Prefeitura Municipal de São João do Araguaia

Assunto: Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Responsáveis: João Neto Alves Martins (01/01 a 22/08/2017 e 17/10 a 31/12/2017)

Francisco José Batista de Lima (23/08 a 16/10/2017)

Exercício: 2017

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2017. PARECER PRÉVIO PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP.

Após a instrução processual realizada na forma regimental, onde se fizeram assegurar ao Sr. João Neto Alves Martins (período 01.01.2017 até 22.08.2017 e 17.10.2017 até 31.12.2017) e do Sr. Francisco José Batista De Lima (período 23.08.2017 até 16.10.2017): 1. Intempestividade na remessa de documentos obrigatórios, estabelecidos na Instrução

Normativa nº 001/2009: Prestação de contas: atraso de 14, 275 e 155 dias os respectivos quadrimestres; Lei Orçamentária Anual: atraso de 236 dias; Balanço Geral: atraso de 304 dias, descumprindo o que determina na IN 01/2009/TCM/PA c/c art. 103, II, RITCMPA; 2) Não foi apropriado a totalidade das contribuições patronais em favor do INSS,

no valor de R\$ 633.212,40, descumprindo o estabelecido no art. 50, II da LRF e Art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64; 3) Falhas formais constatadas em processos licitatórios encaminhados no Mural de Licitação, descumprindo a Resolução nº 11.535/2014-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93, conforme Informação Técnica nº 1250-A/2022/1ªCONTROLADORIA/TCMPA, quais sejam: Ausência de justificativa para realização de certame; Ausência de justificativa para realização de pregão

presencial em detrimento ao pregão eletrônico; de Parecer Jurídico, de designação de fiscal de contrato, além da intempestividade na remessa de alguns documentos no Mural de Licitações do TCM-PA. 1. Responsabilização Financeira ao Ordenador de Despesas, com o lançamento da conta Despesas Pendentes (ALCANCE) no valor R\$ 2.235.255,19 (dois milhões duzentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos), face a ausência de comprovação de despesas período de 23/08/2017 até 16/10/2017; 2)

Não foi efetuada a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 13.895,74 (Treze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art.50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal. 1) Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 28.505.272,59 (vinte e oito milhões quinhentos e cinco mil duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), correspondente a 70,06% da RCL, descumprindo do limite máximo de 54,00% estabelecido no art. 20, inc. III, b da LRF; 2) Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 29.436.512,21 (vinte e nove milhões quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e doze reais e vinte e um centavos), correspondente a 72,35% da RCL, descumprindo do limite máximo de 60,00% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF. RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM com fundamento no Art. 37, III, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA a NÃO APROVAÇÃO, das contas anuais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. João Neto Alves Martins (período 01.01.2017 até 22.08.2017 e 17.10.2017 até 31.12.2017) e do Sr. Francisco José Batista de Lima (período 23.08.2017 até 16.10.2017), na qualidade de Chefes do Poder Executivo Municipal, considerando a permanência de impropriedades e faltas de natureza graves.

II. Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas, de forma eletrônica, ao Presidente da Câmara



Municipal de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCMPA, através do email: [protocolo@tcm.pa.gov.br](mailto:protocolo@tcm.pa.gov.br), o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/9224, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

5ª Sessão Eletrônica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 11 a 15 de março de 2024.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.870

PROCESSO Nº 1.091001.2020.2.0221

MUNICÍPIO: CURIONÓPOLIS

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

EXERCÍCIO: 2020

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – RECURSO ORDINÁRIO FACE RESOLUÇÃO Nº 16.781/2024

EMBARGANTE: ADONEI SOUSA AGUIAR (Períodos 01/01 a 16/03/2020, 18/07 a 12/08/2020 e 15/09 a 31/12/2020)

ADVOGADO: JOÃO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO – OAB/PA Nº 14.045

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Embargos de Declaração face a Resolução nº 16.781/2024. Conhecimento. Provimento. Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas. Vistos, relatados e discutidos os autos que trata dos Embargos de Declaração,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão do Pleno realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, DECISÃO:

I – CONHECER e DAR PROVIMENTO aos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos por ADONEI SOUSA AGUIAR, embargante e ordenador de despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS, pelos períodos 01/01 a 16/03/2020, 18/07 a 12/08/2020 e 15/09 a 31/12/2020, contra os termos da Resolução nº

16.781/2024, para aclarar a decisão embargada, com a inserção das falhas gravíssimas e danosas ao erário, todas constantes do voto, mantendo o Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas.

Sessão do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de março de 2024.

Protocolo: 46238

## DO GABINETE DO PRESIDENTE - GP

### PAUTA DE JULGAMENTO

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

O **Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará** comunica aos Interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na Sessão Plenária Ordinária a ser realizada no dia **09/04/2024**, às **9h**, em sua sede, os seguintes processos:

##### 01) Processo nº 1.042002.2024.2.0001

Interessado(a): Sr(a). **Alécio Stringari**

Origem: Câmara Municipal / MARABA

Assunto: Consultas - As receitas tributárias municipais compreendem o IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas, Contribuições de Melhorias, Imposto de Renda Retido na Fonte, Juros e Multas da Receita Tributária, Receitas da Dívida Ativa Tributária, Juros e Multas da Dívida Ativa Tributária, COSIP, Contribuições previdenciárias dos servidores, exclusivamente, e desde que existente regime próprio de previdência instituído na forma da Lei?

Exercício: 2024

Relator: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

##### 02) Processo nº 1.104001.2020.1.0012

Responsável: Sr(a). **Paulo Liberte Jasper**

Origem: Prefeitura Municipal / TAILANDIA

Assunto: Recursos de Julgamento - Recurso Ordinário contra a decisão da Resolução nº 16.321/2022

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

##### 03) Processo nº 065001.2016.1.000

Responsável: Sr(a). **Paulo Henrique da Silva Gomes**

Origem: Prefeitura Municipal / SALINOPOLIS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2016

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). Leonardo de Souza Campos



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE



**04) Processo nº 057002.2023.2.000**

Responsável: Sr(a). **José Miguel Ferreira Gomes**  
Origem: Câmara Municipal / PONTA DE PEDRAS  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2023  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Francileide Ribeiro de Castro

**05) Processo nº 1.003002.2020.2.0005 (003002.2020.2.000)**

Responsável: Sr(a). **Sebastião Baia Santana**  
Origem: Câmara Municipal / AFUA  
Assunto: Recursos de Julgamento - Recurso Ordinário face ao Acórdão 41.480 de 15.12.2022  
Exercício: 2020  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). José Bernardino Dias Júnior e Sr(a). Bethina Costa Rodrigues

**06) Processo nº 123212.2016.2.000**

Responsável: Sr(a). **Maria Lidiana Carvalho Melville**  
Origem: FUNDEB / SANTA LUZIA DO PARA  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2016  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Marcus Plinio Garcia de Lima

**07) Processo nº 093289.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Manoel Valterli Almeida de Lima**  
Origem: FUNDEB / GARRAFAO DO NORTE  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Ibran dos Santos Novaes

**08) Processo nº 015001.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Ronie Rufino da Silva**  
Origem: Prefeitura Municipal / BENEVIDES  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Anfrisio Augusto Nery da Costa Nunes

**09) Processo nº 1.025002.2023.2.0004**

Responsável: Sr(a). **Eliézio Nobre Medeiros** (Vereador)  
Interessado(a): Sr(a). Teodoro Macedo de Abreu Silva  
Origem: Câmara Municipal / CHAVES  
Assunto: Representação Externa  
Exercício: 2023  
Relator: Conselheiro Cezar Colares

**10) Processo nº 008397.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Thiago Freitas Matos**  
Origem: Secretaria Municipal de Educação / ANANINDEUA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**11) Processo nº 021001.2022.1.000**

Responsável: Sr(a). **Victor Correa Cassiano**  
Origem: Prefeitura Municipal / CAMETA  
Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Evanildo Andrade Ferreira

**12) Processo nº 093276.2017.2.000**

Responsável: Sr(a). **Francisco Marcolino de Almeida**  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / GARRAFAO DO NORTE  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2017  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Ibran dos Santos Novaes

**13) Processo nº 033398.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Nazianne Barbosa Pena**  
Origem: Fundo Municipal de Saúde / IGARAPE MIRI  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Fabio Pantoja de Souza e Sr(a). Paulo Sérgio Fadul Neves

**14) Processo nº 028212.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Jerry de Miranda Romero**



Origem: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores / CURRALINHO  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Guilherme Augusto da Silva

**15) Processo nº 015487.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Eliete Vieira da Silva**  
Origem: Secretaria de Educação e Desportos - SEMED / BENEVIDES  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Ivonaldo da Silva Carvalho

**16) Processo nº 085002.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Clivaldo Wander Sousa Gomes**  
Origem: Câmara Municipal / VIGIA  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Antônio Mota de Oliveira Júnior

**17) Processo nº 015001.2019.1.000**

Responsável: Sr(a). **Ronie Rufino da Silva**  
Origem: Prefeitura Municipal / BENEVIDES  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas de Governo  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Anfrísio Augusto Nery da Costa Nunes

**18) Processo nº 1.055002.2023.2.0010**

Interessado(a): Sr(a). **Eder Ribeiro da Silva** (Vereador-Presidente)  
Origem: Câmara Municipal / PARAGOMINAS  
Assunto: Consultas  
Exercício: 2023  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale

**19) Processo nº 015002.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Paulo Rogério Cardoso Lobato**

Origem: Câmara Municipal / BENEVIDES  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Anfrísio Augusto Nery da Costa Nunes

**20) Processo nº 015496.2019.2.000**

Responsável: Sr(a). **Eliete Vieira da Silva**  
Origem: FUNDEB / BENEVIDES  
Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2019  
Relator: Conselheiro Cezar Colares  
Advogado/Contador: Sr(a). Ivonaldo da Silva Carvalho

**21) Processo nº 1.025203.2024.2.0001**

Responsável: Sr(a). **Emano Rafael Fernandes Ferreira**  
Origem: Secretaria Municipal de Saúde / CHAVES  
Assunto: Medida Cautelar ou Homologação Adotadas Singularmente - Medida Cautelar - Determinação de Suspensão da Concorrência Eletrônica nº 001/2024-SEMSA.  
Exercício: 2024  
Relator: Conselheiro Cezar Colares

**22) Processo nº 087001.2022.1.000**

Responsável: Sr(a). **Moacir Pires de Farias**  
Origem: Prefeitura Municipal / XINGUARA  
Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**23) Processo nº 1.025002.2023.2.0003**

Responsável: Sr(a). **Ademilton Macedo de Almeida (Vereador)**  
Interessado(a): Sr(a). Teodoro Macedo de Abreu Silva  
Origem: Câmara Municipal / CHAVES  
Assunto: Representação Externa  
Exercício: 2023  
Relator: Conselheiro Cezar Colares

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 03/04/2024.

**JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA**

Secretário-Geral

Protocolo: 46239



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

## DO GABINETE DE CONSELHEIRO

## DECISÃO MONOCRÁTICA

## CONS. DANIEL LAVAREDA

## DECISÃO MONOCRÁTICA

## ADMISSIBILIDADE DE PEDIDO DE REVISÃO

Nº 002/2024/GAB. CONS. DANIEL LAVAREDA

Processo nº 1.042397.2018.2.0083 (201807321-00)

Município: Marabá

Órgão: IPASEMAR

Assunto: Admissibilidade de Pedido de Revisão

Exercício: 2018

Interessada: Sandra Cristina Lima Silva

Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

## RELATÓRIO

## 1. MOTIVOS DE REPROVAÇÃO

Tratam os autos de Pedido de Revisão, interposto pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá – IPASEMAR, exercício financeiro de 2018, **contra decisão contida no Acórdão nº 4 2.640/2023**, de relatoria do Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, que considerou ilegal e negou registro a Portaria nº 782/2018- IPASEMAR, que concederia a aposentadoria por idade e tempo de contribuição, a Sra. Sandra Cristina Lima Silva, no cargo de Professora CI, com percepção de proventos integrais, no valor de R\$6.396,789 (seis mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), com fundamento no Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 180, incisos I, II, III, IV, V, §1º e 2º da Lei Municipal nº 17.756 de 20 de dezembro de 2016, **face a não comprovação do tempo mínimo de serviço exigido no fundamento constitucional declarado no ato;**

## 2. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Conforme documentado no Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA e de acordo com os ditames do art. 224, §2º do CPC/2015<sup>1</sup>, o Acórdão nº. **4 2.640/2023** foi disponibilizado DOE de **03/05/2023**. Assim, o início da contagem do prazo revisional de 02 (dois) anos, fixado no art. 84 da Lei Orgânica do TCM/PA, se daria em **04/05/2023**.

Desta feita, o prazo processual se encerraria em **04/05/2025**. Tendo o presente Pedido de Revisão sido ajuizado em **17/01/2024**, **verifica-se que a peça rescisória se encontra tempestiva.**

Ademais, resta constatado que o Rescindente da presente ação possui legitimidade para sua interposição.

## 3. DA APRECIÇÃO E DELIMITAÇÃO DA MATÉRIA RESCISÓRIA

Observado o atendimento das formalidades já consignadas, quais sejam, legitimidade do Autor e tempestividade, cumpre-me verificar o enquadramento do pedido dentro dos requisitos previstos do art. 84 da LO/TCMPA e 629 do RITCM/PA.

Neste viés, o Autor fundamenta o presente pedido de revisão no art. 629, inciso VII do RITCM/PA, que trata de erro de fato verificável do exame dos autos, visto que entende que o acórdão guerreado considera inexistente fato ocorrido e documentalmente comprovado.

Além disso, o autor afirma que os documentos comprovam o preenchimento exaustivo de todos os requisitos que autorizam a concessão do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição à senhora Sandra Cristina Lima Silva.

Colocados os pontos expostos acima, o Autor requer o conhecimento e provimento do presente pedido, haja vista preenchidos os requisitos de admissibilidade e entende exaustivamente comprovado o preenchimento de todos os requisitos constitucionais exigidos para a concessão do benefício.

É o relatório do necessário.

## DECISÃO

## FUNDAMENTAÇÃO

I. Dos requisitos para admissibilidade do pedido de revisão

Passo, agora, a análise do enquadramento do pedido aos requisitos formais previstos pelo art. 85 da LOTCM/PA, que devem ser obedecidos para admissibilidade de pedido de revisão.

No caso *sub examine*, observo que o pedido de revisão foi I) interposto por escrito;

II) apresentado dentro do prazo;

III) possui qualificação adequada. Contudo, no que diz respeito ao inciso IV, que dispõe sobre a formulação do pedido com clareza, com a indicação das normas violadas pela decisão, da falha formal ou material devolvida e comprovação dos fatos alegados, o presente pedido de revisão não cumpre este requisito.

Apesar de indicada a violação ao art 629, inciso VII do RITCM/PA, tratando de possível erro de fato verificável do exame dos autos não foi efetivamente demonstrado qualquer erro na decisão guerreada. Para comprovar o tempo de contribuição da servidora, foi apresentada certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração de Marabá, na qual consta a informação de que a



requerente laborou para a municipalidade de 01.03.1989 a 31.12.1995, em regime celetista.

Este Tribunal entende que a documentação trazida não é prova material suficiente para atestar o tempo de contribuição da servidora, sendo necessário meios que comprovem o ingresso da interessada, como por exemplo, anotação da CTPS.

Dito isso, observando que o autor apenas ratificou a mesma documentação, já analisada e discutida anteriormente, considero **NÃO CUMPRIDOS**, portanto os ditames legais e regimentais para a admissibilidade do pedido de revisão.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, com fundamento no art. 640<sup>2</sup> do Regimento Interno desta Corte de Contas, **DECIDO MONOCRATICAMENTE**, pela **INADMISSIBILIDADE** do Pedido de Revisão, por ausência de preenchimento dos requisitos necessários à sua admissibilidade, pelo que determino a remessa dos autos à Secretaria-Geral para publicação, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, seguindo, ato contínuo para o Arquivo Geral, nos termos do art. 641<sup>3</sup> do RI/TCM-PA.

Belém-PA, 03 de abril de 2024.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro /Relator

<sup>1</sup> Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

<sup>2</sup> Art. 640. Distribuídos os autos e recebidos pelo Relator, caberá ao mesmo verificar o atendimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, pelo rescidente, com fundamento no previsto no art. 629 e dos requisitos dos artigos 630 e 631, deste Regimento Interno, decidindo monocraticamente, em caso de não atendimento, após a observância do previsto no § 2º, do art. 634, por sua inadmissibilidade.

<sup>3</sup> Art. 641. Em caso de inadmissibilidade do Pedido de Revisão, por decisão monocrática do Relator, devidamente fundamentada, os autos serão remetidos à Secretaria-Geral para publicação, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, seguindo, ato contínuo para o Arquivo Geral.



## DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### CONS. SUBST. JOSÉ ALEXANDRE CUNHA

##### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 04/2024/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA

(Processo nº 202032217-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 29, II da LOTCM e arts. 75, I e 110, III do RITCM, Notifico, com fundamento no art. 654, §2º e 492, XV do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, SINESIA BATISTA RIBEIRO, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2023, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado na Notificação Nº 04/2024/GAB. CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 27 de março de 2024.

**ALEXANDRE CUNHA**

Conselheiro Substituto/Relator/TCMPA

Protocolo: 46194

##### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 07/2024/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA

(Processo nº 202032226-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 29, II da LOTCM e arts. 75, I e 110, III do RITCM, Notifico, com fundamento no art. 364, §1º do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, SINESIA BATISTA RIBEIRO, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



➔ Consulta via leitor de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE



exercício financeiro de 2020, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado na Notificação Nº 07/2024/GAB. CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 27 de março de 2024.

**ALEXANDRE CUNHA**

Conselheiro Substituto/Relator/TCMPA

**Protocolo: 46197**

### **CONS. SUBST. ADRIANA OLIVEIRA**

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 23/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 202130169-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 654, §2º do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2020, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer nº 1038/2023/NAP/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46160**

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 25/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 202130138-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 656 do RITCM, através do presente Edital, que será

publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2020, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer, DOC GED ETCM Nº 2023008044, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS junto ao TCM PA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46163**

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 26/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 202130147-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 656 do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2020, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer, DOC GED ETCM Nº 2023007907, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS junto ao TCM PA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46166**

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**Nº 15/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 202130399-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA,



Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 656 do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém, no exercício financeiro de 2021, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer da Exma. Procuradora Maria Regina Cunha, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS-MPCM-PA, constante no processo supracitado. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46174**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 16/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 202132048-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 656 do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém, no exercício financeiro de 2021, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer da Exma. Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS-MPCM-PA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46178**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 20/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 201930909-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 654 do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, SINESIA BATISTA RIBEIRO, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2019, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer Nº 947/2023-NAP/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 26 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46182**

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 21/2024/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA**

(Processo nº 201930910-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, a Senhora, **SINESIA BATISTA RIBEIRO**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts. 75, I e 110, III do RITCM-PA, Notifico, com fundamento no art. 30, §1º do LOTCM e art. 654, §2º do RITCM, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Senhora, SINESIA BATISTA RIBEIRO, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Monte Alegre-IPMA, no exercício financeiro de 2019, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no Parecer Nº 976/2023-NAP/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará Belém, 27 de março de 2024.

**ADRIANA OLIVEIRA**

Conselheira Substituta/Relatora/TCMPA

**Protocolo: 46185**



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



Consulte via leitor de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

**TCMPA**  
1983 - 2018

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA****PORTARIA****GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP****PORTARIA Nº 0255/2024 DE 1º/04/2024**

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020 e atualizações);

**CONSIDERANDO** a aposentadoria voluntária do Conselheiro **Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**, constante no Processo nº PA202415445, de 18/03/2024;

**RESOLVE:**

Designar o Conselheiro Substituto **SÉRGIO FRANCO DANTAS** para substituir o Conselheiro Inativo **FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**, nos termos dos arts. 108 e 113 a 116, do Regimento Interno deste TCMPA, a contar desta data.

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARAES**

Conselheiro/Presidente

**Protocolo: 46240**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**DOS PARTÍCIPIES:** Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União; o Governo do Estado do Pará, o Tribunal de Contas do Estado do Pará e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com objetivo de promover o intercâmbio de experiências e a cooperação técnico-científica para as ações relacionadas à execução do SAI 20 Summit;

**DO OBJETIVO:** Estabelecer cooperação técnica entre o TCU, o Governo do Estado do Pará, o TCEPA e o TCMPA, com vistas ao intercâmbio de experiências, informações, tecnologias e apoio logístico, visando à realização da assembleia do Grupo de Instituições Superiores de Controle dos países-membros do G20 (Supreme Audit Institutions - SAI 20), denominada SAI20 Summit, no período de 19 a 21 de junho de 2024, na cidade de Belém-PA;

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** Aplicam-se à execução deste Acordo, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, com redações posteriores;

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo;

**DO PROCESSO NO TCMPA:** PA202415375;

**DA DATA DE ASSINATURA:** 05/03/2024;

**DOS SIGNATÁRIOS:** Pelo TCU, Ministro BRUNO DANTAS, Presidente; pelo Governo do Estado do Pará, HÉLDER BARBALHO, Governador; pelo TCEPA, Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES, Presidente; e pelo TCMPA, Conselheiro ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES, Presidente.

**Protocolo: 46237**



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE